

UMA HISTORIOGRAFIA LUSO-BRASILEIRA DO LÚDICO

Airton José Cavenaghi*

JANCSÓ, István e KANTOR, Iris (orgs.). *Festa: cultura & sociabilidade na América Portuguesa*. São Paulo, Hucitec/Edusp/Fapesp/Imesp, 2001, 2 volumes (Coleção Estante USP – Brasil 500 anos; v. 3).

Assinalar o momento histórico da organização do lúdico em áreas do domínio colonial de Portugal – em especial em terras brasileiras – é a linha mestra do trabalho historiográfico organizado por István Jancsó e Iris Kantor. O “estudo das sociabilidade festivas” frase síntese dos organizadores para introduzir os trabalhos apresentados, mostra como é possível uma nova historiografia usando-se elementos documentais não acondicionados na fórmula estanque e única da palavra escrita.

Reúnem-se, na totalidade de suas quase mil páginas – 990 para ser mais exato, divididas em dois volumes –, os trabalhos de historiadores que buscam relacionar a cultura do material e do imaginário, e seus usos simbólicos, nos rituais festivos. Desenha-se, dessa forma, um panorama unitário para as diversas colaborações: fato difícilíssimo quando várias pessoas se agrupam para escrever sobre o mesmo assunto.

A idéia original da obra nasceu da análise de um texto específico utilizado em um curso de graduação elaborado pelo professor István: *Relação das Faustíssimas Festas, que Celebrou a camara da Villa de N. Senhora da Purificação, e Santo Amaro da Comarca da Bahia pelos Augustíssimos Deposorios da Sereníssima Senhora D. Maria princeza do Brazil com o Serenissimo Senhor D. Pedro Infante de Portugal, dedicada ao Senhor Sebastião Borges de Barros*, de autoria de Francisco Calmon publicada em Lisboa na Officina de Miguel Manescal da Costa, Impressor do Santo Ofício em 1792.¹ Consta ser esta a primeira obra impressa que comenta acontecimentos relacionados ao folclore brasileiro. Sua importância como documento único resulta desta análise inicial.

Na obra *Festa* observa-se que nos acontecimentos festivos relacionados à recepção de autoridades eclesíásticas ou mesmo de membros da realeza, as chamadas “*Entradas*”, havia a produção de opúsculos literários que relatavam os festejos ocorridos e enalteciam

o personagem homenageado. Esse assunto é tratado de forma habilidosa pelo professor Pedro Cardim “Entradas solenes: rituais comunitários e festas políticas, Portugal e Brasil, séculos XVI e XVII” (pp. 97-124, v. 1). Cardim relembra que “As entradas solenes estiveram, não raras as vezes ao serviço do projeto político da Monarquia, porém, elas constituíram, também, acontecimentos de primeira importância para as autoridades urbanas” (p. 108, v. 1). Havia além do projeto político, uma promoção pessoal da pessoa homenageada que, em alguns casos, assumia a postura de poder absoluto, às vezes acima das autoridades constituídas.

Tal fato pode ser observado, por exemplo, pela prática de dom Antônio do Destêrro Malheiro que permitiu a impressão no país – contrariando as ordens de Lisboa que não liberaram a Imprensa no Brasil antes de 1808 – da “*Relação da Entrada que fez o excellentissimo, e Reverendissimo Senhor D. F. Antonio do Desterro Malheyro (...)*”, escrita pelo Juiz de Fora Luiz Antônio Rosado da Cunha e publicada no Rio de Janeiro por Antonio Isidoro da Fonseca, em 1747. A obra, com a descrição das festas ocorridas pela chegada do bispo, é considerada o primeiro livro impresso no Brasil.²

A questão das *Entradas* também é analisada por Iris Kantor “Entradas episcopais na capitania de Minas Gerais (1743-1748): a transgressão formalizada” (pp. 169-180, v. 1). A autora, que também é uma das organizadoras da obra, defende a idéia que em Minas Gerais, uma Capitania de colonização recente “Os diferentes rituais da vida pública ajudavam a formalizar os poderes instituídos” (pp.169-170, v.1). Observa-se, dessa forma, o simbólico e o festivo absorvendo elementos do cotidiano, e no caso de Minas Gerais, ligados à nascente vida urbana brasileira.

O primeiro volume de *Festa* ainda apresenta interessantes textos sobre o processo de evangelização no país como o de Ronaldo Vainfas, “Da festa tupinambá ao sabá tropical: a catequese pelo avesso” (p. 215); ou o de Marlyse Mayer, “A propósito de cavalhadas” (p. 227). Mostra-se, também, o ritual festivo visto pela *Subversões e inversões da ordem festiva*, com textos de João José Reis, “Batuque negro: repressão e permissão na Bahia oitocentista” (p. 339), ou de Mary Del Priore “A serração da velha: charivari, morte e festa no mundo luso-brasileiro” (p. 279). Encerra-se esse volume com textos inseridos no subtítulo *Solidariedades festivas e vida confrarial*, para o qual as análises produzidas buscam significados intrínsecos das irmandades negras de Minas colonial, como no texto apresentado por Marcos Magalhães de Aguiar (p. 361).

Quando o leitor acreditava que seria impossível falar mais alguma coisa sobre festas, surpreende-se com o segundo volume que, como o primeiro, mostra-se de grande qualidade, com a manutenção do ritmo – para inserir-se na temática da festas – dos textos apresentados. Sete subitens enquadram-se em temáticas que vão da *Vida material*

e cultura festiva até *A propósito das festas*, nas quais um amplo leque de trabalhos – confeccionados de maneira impar – apresentam novas modalidades de análises historiográficas.

Neste, o uso do álcool em rituais e no cotidiano é analisado pela professora Julia Scarano de forma ampla e justa. “Bebida alcoólica e sociedade colonial” (pp. 467-483, v. 2), mostra o uso e difusão da bebida pela visão, por exemplo, de vários viajantes que estiveram no Brasil ao final do século XVIII e início do século XIX. Relata que o álcool era um elemento de sociabilidade e de aproximação dos pares, embora fosse temido por ser um dos fatores a gerarem as arruaças que tumultuavam o cotidiano de algumas comunidades. Entende-se, para este momento, a proibição e o controle, em alguns casos, do uso da bebida alcoólica: temia-se uso abusivo pelos escravos que, em muitos locais, eram em superioridade numérica aos brancos (p. 481, v. 2).

O texto da autora torna-se lúcido e completo, embora fosse importante a lembrança da obra clássica de Luís da Câmara Cascudo, *Prelúdio da cachaça*, que, também de forma pioneira, trabalhou o assunto proposto.³ O consumo da bebida alcoólica no país talvez tenha se generalizado a partir do século XIX. Em São Paulo, nesse período, por exemplo, Francisco de Assis Vieira Bueno comentava que “o vinho era bom e barato; mas a maior parte da gente gostava da branca, sobretudo da caninha do Ó, apreciada até por muitos graúdos”.⁴

Na obra *Festa*, o tradicionalismo historiográfico não encontra morada. Analisa-se a diversidade da produção cultural material e simbólica com enfoque para vertentes poucas divulgadas da historiografia nacional. Aspectos da música e seus rituais ganham espaço na parte “Memória gestual e sonora da vida festiva: o uso das fontes” (pp. 801-888, v. 2). Diga-se de acréscimo a presença do excelente CD, que acompanha os volumes, com canções relacionadas à época estudada pelos tópicos.

Esta parte da obra traz nomes como o de José Ramos Tinhorão com seu “Música das festas: a memória perdida” (pp. 801-808, v. 2), no qual descortina-se a visão do pesquisador acostumado ao contato direto – e acima de tudo a coleta – com as fontes primárias, como neste caso específico, que analisa partituras dos três primeiros séculos do período colonial. É gostoso perceber a paixão do pesquisador ao descrever o achado de partituras musicais do século XVIII, em Mogi das Cruzes (SP). Consideradas perdidas, as partituras foram encontradas servindo como material de encadernação do livro de *Foral da Vila*, datado de 1748 (p. 802, v.2). Tinhorão, ao descrever o achado, mostra-se bastante envolvido com o assunto, fato que cativa diretamente o leitor.

Ainda nesta vertente historiográfica é o professor Paulo Castagna que propõem-se a um dos maiores desafios ao analisar a documentação musical da “Procissão do Enterro:

uma cerimônia pré-tridentina na América portuguesa” (pp. 829-856, v. 2). A cerimônia, ainda praticada no Brasil e em Portugal na Sexta-Feira Santa, tem suas origens na época medieval e sobre ela encontram-se vestígios de sua realização no país desde o início do século XVIII. O textual produzido é visto pelo historiador de forma ímpar e é necessário um fôlego a mais – no caso uma experiência com a linguagem musical – para acompanhar seu raciocínio. No Brasil, a interpretação da mensagem historiográfica musical, representada pela apresentação de partituras, nunca foi muito comum, pois poucos historiadores se aventuraram nessa temática de análise.

Uma curiosidade sobre o assunto encontra-se na obra clássica de Jean de Lévy, *Historia Navigationis in Brasiliam, quae et America (...)*, que, em 1586, apresenta uma pequena partitura musical que tenta reproduzir um ritual indígena dos caraibas, provavelmente algo relacionado ao ritual do antropofagismo, aquele que mais impressionava o olhar estrangeiro quando em contato com a cultura brasileira.⁵

Para a formatação da obra, há de se chamar a atenção para a apresentação primorosa dos textos – em excelente encadernação –, que sempre são antecedidos por uma significativa iconografia, que vai das imagens ligadas à obra de Jean de Léry, ilustrada por Theodor de Bry, no século XVI; de Debret ou Rugendas; passando por Ângelo Agostini e suas caricaturas presentes no periódico *Revista Ilustrada*; além das fotografias de Cristiano Junior e seus clássicos registros de escravos urbanos da Bahia. Essa composição iconográfica serve de aperitivo ao leitor que espera a interpretação dessa temática, pois é neste momento que se percebe uma das poucas falhas da obra: *Festa* não apresenta textos relacionados à representação festiva e à iconografia resultante do ato.

Sabe-se que a imagem é objeto presente como veículo de propagação e sedimentação dos rituais, pois elas também são parte da “sociabilidade festiva” e, assim, um documental importante a ser “visto” na produção textual.

Independentemente deste fato, a obra *Festa* é um marco da historiografia e assim deve ser tratada ao apresentar, com seus textos abrangentes, uma nova vertente para a compreensão do cotidiano do Brasil, tanto no seu antigo aspecto colonial, quanto na herança desse passado ainda presente e atuante.

Notas

¹ Professor de Patrimônio, História, Cultura e Antropologia da Universidade Anhembi-Morumbi-SP.

² Na atualidade, é possível acessar o original completo da obra no seguinte endereço eletrônico: <http://portal.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/cultura/bibliotecas/marioandrade> Fazer busca no tópico “Tesouros da Cidade: Livro Raro”. Registro Eletrônico 18216. Há também uma edição fac-similar elaborada pelo MEC-SEC/Funarte, editada em 1982.

³ Para maiores detalhes ver: MORAES, R. B. de. *Bibliografia brasileira do período colonial*. São Paulo, IEB, 1969. pp. 112-114.

⁴ CASCUDO, L. da C. *Prelúdio da cachaça: etnografia, história e sociologia da aguardente no Brasil*. Rio de Janeiro, Instituto do Açúcar e do Alcool, 1968.

⁵ BUENO, F. de A. V. B. *A cidade de São Paulo: recordações evocadas de memória*. São Paulo, Academia Paulista de Letras, 1976. p. 16.

⁶ Ver: *Bibliotheca Universitatis*: acervo bibliográfico da Universidade de São Paulo, séculos XV e XVI. São Paulo, Edusp/Imprensa Oficial, 2000. p. 436.